PARECER	**: PAR-AUDITORIA-3717/2014**
PROCESSO TC/MS	**: TC/2953/2014**
PROTOCOLO	**: 1488046**
ÓRGÃO	**: CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI - MS**
RESPONSÁVEL	**: CARLOS ROBERTO BATISTA DO NASCIMENTO**
CARGO DO RESPONSÁVEL	**: PRESIDENTE**
ASSUNTO DO PROCESSO	**: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2013**
RELATORA	**: MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO**

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/2953/2014, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE AMAMBAI – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2013**, de responsabilidade do Gestor, **CARLOS ROBERTO BATISTA DO NASCIMENTO**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02.01.2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14.12.2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012.

3 – Examinados os autos do processo constata-se que a digna Inspetoria de Controle Externo constatou na fase inicial de instrução processual **IMPROPRIEDADES** e **IRREGULARIDADES**, as quais **não** foram notificadas ao Gestor visando o cumprimento do princípio do contraditório e ampla defesa, que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988.

4 – A ilustre Inspetoria de Controle Externo, em que o exposto no item anterior exarou a **ANÁLISE ANA-6ICE-3314/2014** acostada à peça nº 18, oportunidade em que constatou as **IMPROPRIEDADE** e **IRREGULARIDADES** transcritas, a seguir:

> *"Analisando a presente Prestação de Contas, constatamos que a mesma apresenta inconsistências e ilegalidades que comprometem a aprovação por esta Corte de Contas, senão vejamos:*
>
> *a) O Balanço Financeiro apresenta inconsistência entre os Ingressos e os Dispêndios, resultando numa diferença na ordem de R$ 15.167,92*

(quinze mil cento e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos);

b) Não foi carreado aos autos Parecer Técnico emitido pela Unidade de Controle Interno sobre as Contas;

c) O Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2013, não foi apresentado pelo Legislativo de Amambai/MS, contrariando disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal."

5 – E, por fim, a predita Inspetoria de Controle Externo, em conclusão, se manifestou derradeiramente acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

"[...] entendemos que a Prestação de Contas de Gestão da Câmara Municipal de Amambai, referente ao exercício de 2013, sob a responsabilidade do Sr. Carlos Roberto Batista do Nascimento, ***não encontra-se apta a aprovação*** *por esta Corte de Contas [...]."*

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

6 – Antes de adentrar no mérito do exame da avaliação destas Contas Anuais de Gestão é necessário considerar neste Parecer, as **IMPROPRIEDADES** e **IRREGULARIDADES** trazidas à baila pela emérita Inspetoria de Controle Externo transcritas preambularmente no **item 4**, que em sua opinião é considerada motivo para o seu julgamento como **CONTAS IRREGULARES** sobre a qual esta Auditoria manifesta-se no forma exposta, a seguir:

"a) O Balanço Financeiro apresenta inconsistência entre os Ingressos e os Dispêndios, resultando numa diferença na ordem de R$ 15.167,92 (quinze mil cento e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos)." – Compulsando os autos do processo o Anexo 13 – Balanço Financeiro acostado à peça nº 5 constata-se do lado do Total dos Ingressos o valor de **R$ 8.170.153,82**, enquanto que do lado dos Dispêndios o montante de **R$ 8.154.985,90**, apresentando uma diferença de **R$ 15.167,92**, assistindo, assim, portanto, razão a digna Inspetoria de Controle Externo, **todavia**, esta Auditoria **ressalva** tal diferença com base no **inciso II** do **art. 59** da LCE nº 160, de 02.01.2012, por

constatar que a mesma é originária na não inclusão do referido valor no lado dos Dispêndios do Balanço Financeiro, conforme apurado no Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostada à peça nº 8, do lado das Variações Patrimoniais Diminutivas, caracterizando-se com isso uma impropriedade de cunho contábil, que se presume ter ocorrido em razão da transição e adequação às novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, o que como pode ser verificado nos autos do processo ainda não se estabeleceu por completo, merecendo, portanto, por parte dos responsáveis por estas Contas, receberem os devidos ajustes contábeis, na forma dos disposto nos termos do **art. 17** da Instrução Normativa TC/MS nº 35, de 14.12.2011, ressaltando-se ainda que esta impropriedade contábil não causa qualquer dano ao erário e nem tão pouco é suficiente para descaracterizar a consistência dos resultados gerais desta Prestação de Contas Anuais de Gestão, frente a vigente ordem constitucional e legal, tendo em vista que os diversos Anexos e Demonstrativos que a instruem permitem, numa avalição conjunta, a aferição de seus resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais.

"b) Não foi carreado aos autos Parecer Técnico emitido pela Unidade de Controle Interno sobre as Contas." **–** Examinando os autos do processo ficou constatado que a mencionada peça deixou e ser apresentada, assistindo razão a ilustre Inspetoria de Controle Externo, entretanto, esta Auditoria **ressalva** tal fato com embasamento no **inciso II** do **art. 59** da LCE nº 160, de 02.01.2012, por entender que a ausência da cita da peça não compromete a consistência dos resultados gerais destas Contas Anuais de Gestão, nem tampouco resulta em dano ao erário e, não sendo, portanto, suficiente para descaracterizar a consistência dos resultados gerais desta Prestação de Contas Anuais de Gestão, frente a vigente ordem constitucional e legal.

"c) O Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre de 2013, não foi apresentado pelo Legislativo de Amambai/MS, contrariando disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal." **–** Tal fato levantado pela emérita Inspetoria de Controle Externo, no entendimento desta Auditoria, não compromete o exame destas Contas Anuais de Gestão, bem como não é peça componente obrigatória de sua

instrução, conforme dispõe a **letra "B"** do **subitem 3.1** do **item 3** da **Seção II**, do **Anexo I**, portanto a não apresentação de tal Relatório deve ser exigida pelo Tribunal de Contas na forma do **inciso II** do **art. 54** da LCF nº 101, de 2000, seguindo os ritos processuais dispostos nos termos da Resolução Normativa TC/MS nº 58/2007, de 18 de abril de 2007.

7 – Prosseguindo o exame destas Contas Anuais de Gestão, na forma da vigente ordem constitucional, legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública ficou constatado na sua avaliação o exposto, a seguir:

7.1 – <u>DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 35, DE 14.12.2011</u>

7.1.1 – Cumprimento do disposto na **Letra "A"** do **Subitem 3.1** do **Item 3** da **Seção II** do **Anexo I**, por ter remetido, **TEMPESTIVAMENTE**, a este Tribunal de Contas estas Contas Anuais de Gestão, conforme constatado no Recibo de Protocolo Definitivo acostado à peça nº 1.

7.1.2 – Cumprimento da **letra "B"** do **subitem 3.1** do **item 3** da **Seção II**, do **Anexo I,** por apresentar estas Contas Anuais de Gestão, instruídas na forma do Manual de Remessa de Informações, com a devida **ressalva** exposta na **alínea "b"** do **item 6** deste Parecer.

7.2 – DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04.05.2000 – LRF

7.2.1 – Cumprimento do disposto no **§ 1°** do **art. 1º**, por apresentar responsabilidade na gestão fiscal, mediante o cumprimento de metas de resultados dentre o duodécimo recebido de **R$ 2.564.465,28** e a despesa empenhada de **R$ 2.549.297,36**, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

SEGUE TABELA NA PRÓXIMA LAUDA

TABELA 1
EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS, MEDIANTE CUMPRIMENTO DE METAS DE RESULTADOS ENTRE DUODÉCIMO RECEBIDO E DESPESA EMPENHADA.

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Duodécimo Recebido.	2.564.465,28	100,00
2 - Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	2.549.297,36	99,41
3 - Superavit/Deficit. → R$ = (1 - 2) → % = (3 / 1)	**15.167,92**	**0,59**
Resultado do Exame. → Regular 2 < 1 → Irregular 2 > 1.	Regular	

Fonte: Balanço Financeiro acostado à peça nº 5.

7.2.2 – Cumprimento do estabelecido na **alínea "a"** do **inciso III** do **art. 20**, por ter efetuado no exercício despesa com pessoal do Poder Legislativo correspondente ao percentual de **2,49%**, atendendo o limite de **6%** da receita corrente líquida do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 2

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO X DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Receita Corrente Líquida do Município.	70.310.719,14	100,00
2 - % Legal Máximo Autorizado.	4.218.643,15	6,00
3 - Despesa com Pessoal do Poder Legislativo. → R$ = 100% → % = (3/1)	**1.748.217,98**	**2,49**
Resultado do Exame. → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado PM e Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostados às peças nº 10.

7.2.4 – Cumprimento do ***caput*** do **art. 48**, por dar **transparência** e **publicidade** da Prestação de Contas Anuais de Gestão, mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à acostada peça nº 4.

7.3 – DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17.03.1964, PORTARIA Nº 42, DE 04.04.1999 DO MPOG E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 163, DE 04.05.2001 DO MF E MPOG

7.3.1 – DO ORÇAMENTO

7.3.1.1 – A Lei Municipal nº 2.324, de 04.12.2012 - LOA autorizou para a Câmara Municipal **créditos orçamentários**

na ordem de **R$ 2.500.000,00**, conforme visto na **ANÁLISE ANA-6ICE-3314/2014** acostada à peça nº 18.

7.3.2 – DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

7.3.2.1 – Cumprimento do **art. 42** e dos **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43**, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por proceder à abertura dos **créditos adicionais**, de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal acostado à peça nº 17, alterando o Orçamento da Câmara para **R$ 2.600.000,00** , conforme visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 10.

7.3.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

7.3.3.1 – Cumprimento do disposto no **art. 12** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, bem como da Portaria nº 42, de 04.04.1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por **categorias econômicas** e por **classificação funcional**, conforme constatado no Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 10, o qual

demonstra despesa autorizada de **R$ 2.600.000,00** e empenhada na ordem de **R$ 2.549.297,36**.

7.3.4 – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.3.4.1 – Cumprimento dos **arts. 102** a **105** da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, por elaborar o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à peça nº 5; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 6 e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça 8, de acordo com as citadas disposições legais, com a devida **ressalva** constante da **alínea "a"** do **item 6** deste Parecer , cujos resultados apurados são os constantes nas tabelas, a seguir:

TABELA 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Disponibilidade Financeira do Exercício Anterior.	0,00	100,00
2 - Duodécimo Recebido.	2.564.465,28	100,00
3 - Total de Recursos Financeiros. → R$ = (1 + 2+) → % = 100%	**2.564.465,28**	**100,00**
4 - Despesa Empenhada. → R$ = 100% → % = (4 / 3)	**2.549.297,36**	99,41
5 - Superavit (Deficit) Orçamentário / Financeiro. → R$ = (3 - 4) → % = (5 / 3)	**15.167,92**	**0,59**
Resultado do Exame. → Regular → 6 = (5 ≥ 4)	Regular	

Fonte: Anexo 13 – Balanço Financeiro e Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior acostados às peças nº 5 e 7.

TABELA 4 RESULTADO PATRIMONIAL		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Variações Ativas.	2.564.465,28	100,00
2 - Variações Passivas. → R$ = 100% → % = (2 / 1)	2.455.608,99	95,76
3 - Superavit (Deficit) Patrimonial. → R$ = (1 – 2) → % = (3 / 1)	**108.856,29**	**4,24**
Resultado do Exame. → Regular 3 = (2 ≥ 1)	Regular	

Fonte: Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 8.

TABELA 5 RESULTADO ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
1 - Ativo Real Líquido (Passivo Real Descoberto) do Exercício Anterior.	511.010,49	100,00
2 - Superavit (Deficit) Patrimonial do Exercício.	108.856,29	100,00
3 - Ativo Real Líquido (Passivo Real Descoberto) do Exercício. → R$ = (± 1 ± 2) → % = 100%	**619.866,78**	**100,00**
Resultado do Exame. → Regular = (1 ± 2 = BP) → Irregular = (1 ± 2 ≠ BP)	Regular	

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 6, 7 e 8.

7.4 – DA AVALIAÇÃO DOS MANDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

7.4.1 – Cumprimento do **inciso I** do **art. 29-A**, por realizar o percentual de **6,75%** em relação ao limite autorizado de **7%**, com a despesa total da Câmara Municipal, incluídos subsídios dos Vereadores e excluídos gastos com inativos em relação ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no **§ 5º** do **art. 153** e

nos **arts. 158** e **159**, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 6

RECEITA BASE CONSTITUCIONAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR X DESPESA TOTAL DA CÂMARA MUNICIPAL, MENOS INATIVOS

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Receita Base Constitucional.	37.784.590,39	100,00
2 - % Constitucional Máximo Autorizado.	2.644.921,32	7,00
3 - Despesa Total da Câmara Municipal, Menos Inativos. → R$ = 100% → % = (3 / 1)	**2.549.297,36**	**6,75**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Análise ANA-6ICE-3314/2014.

7.4.2 – Cumprimento do **§ 1º** do **art. 29-A**, por realizar em relação ao Duodécimo Recebido o percentual de gasto de **56,34%** com a folha de pagamento, incluído os subsídios de seus Vereadores respeitando o limite máximo autorizado de **70%**, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 7

DUODÉCIMO RECEBIDO X DESPESA COM A FOLHA DE PAGAMENTO, INCLUSIVE SUBSÍDIOS DOS VEREADORES.

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Duodécimo Recebido.	2.564.465,28	100,00
2 - % Constitucional Máximo Autorizado.	1.795.125,69	70,00
3 - Despesa com a Folha de Pagamento, Inclusive Subsídios dos Vereadores. R$ = 100% → % = (3 / 1)	**1.444.966,06**	**56,34**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Anexo 11 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada e Anexo 13 – Balanço Financeiro acostado às peças nº 5 e 10.

7.4.3 – Cumprimento do **inciso VII** do **art. 29**, por realizar o percentual de **1,71%** com as despesas de

remuneração dos Vereadores, atendendo o limite permitido de **5%** de gastos em relação à Receita Base Constitucional do Município, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

TABELA 8
RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO X DESPESA COM A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	R$	%
1 - Receita Total do Município.	79.145.862,50	100,00
2 - % Constitucional Máximo Autorizado.	3.957.293,13	5,00
3 - Despesa com a Remuneração dos Vereadores. → R$ = 100% → % = (3 / 1)	**1.351.132,07**	**1,71**
Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.	Regular	

Fonte: Anexo 10 – Prestação de Contas de Governo de 2013 e Folha de Pagamento dos Vereadores acostada à peça nº 14.

7.4.5 – Cumprimento do disposto no **§ 3º** do **art. 164**, por ter depositado as disponibilidades de caixa da Câmara Municipal em **instituições financeiras oficiais**, conforme visto nos Extratos Bancários acostados à peça nº 16.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

8 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos do processo constata-se que a Prestação de Contas Anuais de Gestão em tela, foi elaborada **de acordo** com a vigente ordem legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria

aplicadas à administração pública, com **ressalva** dos fatos dispostos nas **alíneas "a"** e **"b"** do **item 6** e nos **subitens 7.1.2** e **7.3.4.1** do **item 7** da **PARTE II EXAME DE AUDITORIA.**

8.1 – Destarte, esta Auditoria, com base no disposto no **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160, de 02.01.2012 e no **art. 1º** da Portaria TC/MS nº 2, de 08.03.2012, conclusivamente, **opina**:

8.2 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso II** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **REGULARES COM RESSALVA** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** da **CÂMARA MUNICIPAL DE AMBAMBAI – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2013**, de responsabilidade do Gestor, **CARLOS ROBERTO BATISTA DO NASCIMENTO**.

9 – AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

10 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame da **Prestação de Contas Anuais de Gestão** composta de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, **ressalvadas** quaisquer **impropriedades** e **irregularidades** porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o **art. 26** da LCE nº 160, de 02.01.2012.

É o parecer.

Campo Grande, 28 de abril de 2014.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO

AUDITOR TCE/MS

Magl/pea